Um romance antropológico

OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS (*)

Nesta vida de "vagabundo" batizado e crismado, em que tive solidificados os meus proventos, porém consolidados para baixo, confinando-me ao ramerrão dos sonhos e recordações áureos, eis que gozei uma vilegiatura metafórica em localidades que me foram expropriadas tanto pelo ucasse referido como por lei da irreversibilidade da variável cronológica. Acontece que passei pela "baixa da égua" e que empreendi um périplo pelos primórdios da idade média.

Nesses momentos de lazer, reencontrei gente conhecida e encontrei pessoas que jamais poderia. Sim, volvi à infância numa fazenda. Sim, voei a páramos hesternos, ignotos e imêmores; a vales isolados, recônditos, virgens e paradisíacos; a países onde se queimavam bruxas, onde se digladiavam guerreiros reinóis, onde se impunham códigos cruentos, onde o Poder podia matar em nome de Deus.

O a que me refiro são os autógrafos de dois livros. É que me deparei e me deleitei com a leitura crítico-seletiva dos romances **Viventes da Baixa da Égua** e **A Terra do Povo sem Nome**, concorrentes ambos entre si e outros ao Prêmio Osmundo Pontes de Literatura deste ano 2000. Os dois rincões, em que pese a serem separados por um milênio, são parecidos no seu viver ingênuo e natural. Neste mundo de publicitários, de pós-modernistas e de semiólogos teorizantes, quanto não me senti confortado com essa retomada do leito originário das coisas!

---

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

O primeiro texto acima mencionado configura a última visão das nossas comunidades interioranas, ocorrida na segunda metade do presente século. Esses núcleos eram sustidos por um tripé – o delegado, a prostituta e o padre – e o seu significado residia no *essor* dessas instituições[1]. Eram quase adinâmicos e submetidos a um processo de dormência, se não de atrofia ou deperecimento[2].

Todavia, Baixa da Égua é apenas um reflexo menos ostensivo de duas presenças urbanas, importantes para ela em termos de Poder – o município e o estado – de forma que eram três citados esteios que garantiam em rigor o *status quo*. A relação de classe proprietário rural *versus* camponês sem-terra era sempre resolvida *in loco*, pacificada, acomodada, escamoteada. A esfera superior transferia o seu aspecto macro ao tripé supramencionado.

A narrativa incide sempre nesse tripódio, sustentáculo do sistema e do regime. A intriga se desdobra e flui, regulada pelos três pilares, sem que transcenda o meio e sem que ricocheteie na sede municipal ou na capital. Estas lhe ficam convenientemente ocultas, afastadas, ignoradas, intangíveis, não se implicando em responsabilidade, encargo e ônus supervenientes.

A comunidade de Baixa da Égua é autônoma e auto-suficiente. Não que inexistam vínculos seus com o exterior, sempre distantes e quase abstratos, que seriam, por exemplo, o juiz temível, o bispo respeitável, o prefeito moderador e o comerciante recorrível, cada um com sua respectiva função – judiciária, eclesiástica, administrativa e financeira – referência externa de interesses comunitários, cada qual como jacaré a chocar os ovos a distância.

Baixa da Égua existe *in situ*. Suas raízes externas alcançam e remontam ao Império, sendo ela qual árvore que cresceu, frondejou e contribuiu para o ambiente. É neste que se colocam, antolham, enfrentam e competem os seus "viventes", que às vezes não passam de sobrevivos, redivivos ou subvivos. As pessoas, personagens e personalidades, todos os homens e mulheres, poderosos e humildes, adultos e crianças conhecem-se menos ou mais, personificando uma configuração que só não é uma etnia porque o mercantilismo se sobrepôs ao feudalismo, favorecendo os processos dispersivos e individuais da interação social, exacerbados pelo isolamento.

O povo de Baixa da Égua não é nativo ou autóctone. O lugar tem imagem da sua lagoa alimentada por vários riachos, que o fenômeno da seca ou verão torna intermitentes, obrigando a população a dessedentar-se nela, em cujas margens e circunjacências os indivíduos, famílias e entidades em geral coexistem, coabitam espontaneamente e possuem multifariamente costumes, usos e idiossincrasias. E estes são reduzidos a um denominador comum, que a todos faz praticar, contrapor, conciliar e mancomunar.

Nesse tipo de gregariedade, cada um se investe no seu papel: coronéis ou camponeses, bodegueiros ou "meizinheiros", religiosos ou catimbozeiros, artífices ou poetas populares, mulheres domésticas ou prostibulares, criados do lar ou empregados do negócio, discípulos ou mestres-escolas, mendigos ou biscateiros, adventícios ou mascates. A lista não pode ser exaustiva, pois depende da concentração demográfica e dos recursos naturais. Há também gente que trabalha fora, como, no caso, um médico que atende chamados, um desocupado que é solicitado para serviço de pistolagem, um dono de "lorel" que comercia com transporte e, mais, *os chômeurs*, os bêbados e os pobres diabos.

Expressão genérica que é, Baixa da Égua se repete pelos sertões adentro, de maneira que a região se converteria numa só, como que num rosário, onde há classes de contas – "glória-ao-padre", "ave-maria" e "padre-nosso" – metonimizados e significantes da facticidade geográfica, econômica e social. O seu traço essencial e definidor é situar-se nos cafundós, palavra formada do quimbundo *ca* e do latim *fundus*[3]. Aí se estabeleciam antigamente os escravos fugidos em seus quilombos, os coronéis pontuais em suas fazendas, e os foragidos da justiça em seus valhacoutos[4].

O romance em pauta valoriza o dado etnográfico afro. Explora a mitologia do mesmo, embora não mencione que houve sincretização com o catolicismo[5], fenômeno que realmente teve origem nas cidades e não nos cafundós. O protagonista axial de **Viventes da Baixa da Égua** é um negro, filho de uma prostituta com um beberrão. Seu nome Tõe Gabriel, de cujo avô, um cego rabequeiro, arranca-o por meios judiciais escusos o vigário, interessado na inteligência do menino que cantava na feira acolitando

o seu tutor de sangue. O legado cultural deste ao neto contrasta com a educação imposta pela igreja, ou melhor, pelo titular da nova tutela, diametralmente oposta à ministrada antes. O tutelado não suporta sua nova situação e foge, revoltado, sendo acolhido por uma catimbozeira e afinal arrebatado pelos torvelinhos da vida, da natureza e da fantasmagoria[6], que são projeções libertárias, oriundas da consciência coletiva. Curiosa é a ascendência da feiticeira perante o sacerdote, de quem conhece vulnerabilidades.

O autor faz uma descrição disfêmica de Baixa da Égua. É chulo, cru e brutal como a própria realidade perversa que descreve. É denunciante, vinditivo e inexorável ante seu objeto, cuja desumanidade evidencia sob todos os ângulos, olhares e aberturas libertários para efeito prático de foto, documento, cinema, propositura dramatúrgica, estudo antropológico, diagnose semiológica e achegas perfectivas. O livro fornece matéria bruta – farta, compósita e pertinente a uma multidão de especialistas – para garimpagem de imaginário, de oralidade, de resíduos culturais em trânsito para o estado de reminiscência e obliteração.

Baixa da Égua não é no entanto como um mangue: sempre os mesmos bichos, as mesmas plantas, a mesma água e a mesma lama. Nela irrompem manifestações de inconformidade humana. Tõe Gabriel é uma delas. Tataúba, outro filho dessa insatisfação, dessa inclinação por emancipar-se, dessa busca de algo que só se encontra na diáspora vitoriosa por que sonha e por que finalmente consegue emigrar. Até entre os que se assimilam ao meio, ensimesmados e absortos, há reação pessoal contra o bloqueio telúrico, a inércia social e a submissão inconsciente, levando a outros gestos, alguns extremos, como o são um justiçamento de agentes repressores e um ato de suicídio, talvez autopunição.

Existem pontos espaciais de convergência, comunicação e informação da população baixa-egüense, que são: para todos a feira, para os homens o cabaré, para os fiéis (católicos) a igreja, para as crianças a escola e para as mulheres especialmente a casa. Citam-se ainda em comunidades desse tipo: o armazém do grosso, a bodega do retalho, o boteco da prosa, a delegacia da manipulação do ilícito e do lícito, a pensão do viajante, e a lagoa de todos.

Essa estrutura mostra como ferve, esfria e se reaquece a panela da opinião pública, das notícias, dos boatos, das calúnias, das idéias nascentes – confessas ou secretas – e dos expedientes usados contra o tédio.

Baixa da Égua, mais que um reflexo do Poder, é um produto espontâneo da sua gente em luta contra o primeiro. Cria ela a melhor maneira – a menos incômoda – de arrostar as cobranças físicas e morais do que não deve mas que se lhe extorque. Simplesmente se paga um tributo consciencializado como pecado original. Deus fez assim e assim seja.

Nem todos os habitantes aceitam, porém, semelhante fatalismo. Muitos os laboriosos e renitentes, poucos os incontidos e rebeldes, mas cada qual tem seus limites e sua potencialidade de rompante da pasmaceira endêmica. Por exemplo, Donana – professora, beata e inupta – explode no mais puro estilo local, ao ponto de proferir o impropério: "Filho de burra-de-padre com caipora".

O efeito de demonstração de um mundo que está lá fora exerce certa magia sobre as mentes. Os mais expansivos e saudáveis convertem-se em lambanceiros e tanto se afeiçoam às suas irrequietas e fantasiosas lucubrações que acabam por partir na aventura inconseqüente e, rejeitados que são, regressam, velhos, quebrados e alquebrados, menos na lembrança, agora lunáticos, mitomanizados, enriquecidos de feitos e glórias megalomaníacos. Outros também vão embora, não por se renderem a nenhum canto de sereia, mas por decisão ponderada e conseqüente. Estes vão e não voltam, isto é, não são rejeitados e permanecem ausentes, contudo jamais esquecem Baixa da Égua, satisfazendo-se com as lembranças, pois sabem, que ela já não existe no espaço e dentro em breve deixará de existir no tempo, se não for registrada literariamente. Há finalmente os que são expulsos de Baixa da Égua e que também não voltam. É o que acontece a Palhaninho, primogênito bastardo do médico, filhinho de papai, que comete toda sorte de estrepolias. Planta tóxica, que o dono da terra erradica, isto é, manda estudar na capital.

Viventes da Baixa da Égua minera ouro num veio que já abasteceu, ainda que com equívocos, o chamado romance da seca[7]. Ele pisa, porém, o caminho do romance político-social, inspirando-se na constatação da insegurança do povo sertanejo, oriunda paradoxalmente do Poder. Já se poderia ter trabalhado os temas interessantes da conscrição militar[8], das volantes policiais[9] e da repressão estatal[10]. Os dois primeiros estão obsoletos, mas o terceiro é de gritante recentidade. E o romance em tela o contempla. Dois ex-alunos de Donana tornam patético o final do romance, quando são contrapostos nos papéis de torturado (Tôe Gabriel) e torturador (Palhaninho), que entanto não chegam a dialogar, porque o evita o último, acometido na ocasião por inesperado acesso de emoção.

Notas

(1) Essa análise à luz da Extensão Rural eu a devo em princípio ao saudoso amigo Washington Sales Luz. Fazia ele, naqueles idos e vividos tempos, uma comparação entre as cidades paraibanas de Cajazeiras e Sousa, no que levava a palma a primeira, sobretudo em termos de um indicador: ter diocese.

(2) Economistas da CEPAL elaboraram no pós-guerra a sua teoria do desenvolvimento econômico. Tivemo-la aplicada pela SUDENE. Criase que o Polígono das Secas seria redimido pelos investimentos e financiamentos sob um plano estatal. Romper-se-iam então as barreiras semifeudais, ditas "gargalos" do capitalismo. Decretava-se assim o fim de Baixa da Égua, reduto de arcaísmo, atraso e estagnação. Primeiramente, já o DNOCS dera o açude ao latifundiário e, meio século depois, a SUDENE lhe dava o empréstimo, mas ao setor parciário nada se deu, salvo mais facilidades físicas e sociais para o êxodo rural. E a vida, porque a renda se concentrou grandemente, mudou, rebaixado o camponês do nível da subsistência para o da miséria.

(3) O prefixo quimbundo *ca* ocorre em muitas palavras portuguesas, a que confere significado depreciativo ou diminutivo, como "cafona",

"calombo", "camartelo" e outros de um total superior a duas dezenas, incluído o exemplo "Cazuza", derivado de "Zuza", que é versão de "José"

(4) No Ceará se diz "velhacouto", o que sugere ao lexicógrafo novo étimo com a troca do verbo "valha" pelo adjetivo "velhaco", absorvido metaplasticamente (por apócope) o átono *co* no tônico *cou*. Nessas paragens onde se localizam e se protegem da ação do Poder, são correntes os coiteiros, que têm certa reciprocidade com os cangaceiros: tolerância, hospitalidade, aliança e transação.

(5) A umbanda se teologiza em face da religião católica, conseguindo firmar-se doutrinariamente sob muitos aspectos às vezes interessantes. Afirma que os seus orixás são os anjos da guarda dos santos, de forma que Ogum o é de São Jorge, Iemanjá o é de Nossa Senhora, e assim por diante.

(6) Uma observação conclusiva sem dúvida: a trama corteja o realismo fantástico nos mitos populares e nos contrapontos técnicos. Sob esse aspecto, Tôe Gabriel é libertado – por um turbilhão, como o Elias bíblico o foi por um carro de fogo – e mais tarde reaparece, identificado à revolução do povo, não à contra-revolução que o Poder chama de "revolução". Alegórico!

(7) É o que sucede com **Luzia-Homem**. Nada cumpre do que promete exordialmente, quando apresenta a heroína a carregar tijolo, no trabalho de construção da cadeia de Sobral num chão encharcado do sangue dos bois abatidos no matadouro, que vai ser substituído emblematicamente pela nova serventia. A trama se descarrega, porém, num reles policial, frustrantemente para com o leitorado, pois o Poder é que deveria ter sido desancado.

(8) O "sorteio" dos homens pelo exército era qualquer coisa de funesto. Sabe-se de camponeses que decepavam o dedo indicador da mão direita ("dedo do gatilho") para escapar da caserna. Tudo era compulsão. Desde a "guerra do índio", no século XVIII, que existe essa espada de Dâmocles sobre a cabeça do povo. Os contingentes – oficiais, oficiosos e clandestinos – que então realizavam batidas contra o "índio bravio", concediam-lhe três alternativas, conforme o historiador Pedro Théberge: morte, cativeiro ou fuga. Já na seca de 1824

– 1825, o chefe de polícia Conrado Niemeyer embarcou *manu militari* 2.150 flagelados para a Guerra Cisplatina. Recordo-me que minha mãe, nascida no Acre, contava que seu pai Bento Carneiro da Silva Filho, seringalista, fora gravado com a cota de campanha – a chamada sadicamente "bucha de canhão" – cedendo, compungido, dois seringueiros seus para a guerra de conquista do território acreano. Depois, inventou-se o "voluntariado", sistema eufêmico de consulta e anuência dos conscritos. Estes de fato eram compelidos por condições econômicas, algo análogo à "demissão voluntária" que ora se oferece, no processo de enxugamento das empresas públicas a serem privatizadas. O maior poeta do Ceará se preocupou com esse destino tirânico, escrevendo a poesia "Sonho" (Cf. Juvenal Galeno da Costa e Silva, **Lendas e Canções Populares**, 2º volume, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1965, p 149-150), a saber (nas três primeiras estrofes):

Que sonha o filho do povo
Na tipóia de algodão,
Na casinha de palmeiras
Dormindo junto ao fogão?
Que sonha o filho do povo
Na tipóia de algodão?

Vê por sorte recrutado
O rico junto de si;
Nobre altivo, humilde pobre,
Soldados... iguais ali...
Vê por sorte recrutado
O rico junto de si!

Igualdade! Os brasileiros
Iguais à face da lei,
Servindo todos à Pátria
Sem isenção de uma grei...
Igualdade! Os brasileiros
Iguais à face da lei!

(9) Tropa, troço ou patrulha, as volantes policiais eram contrapartida do Poder, percorrendo os sertões no encalço de grupos de cangaceiros, tão temíveis quanto eles, porque oficiais, legais, incontestadas e mais prepotentes e atrabiliárias. Aos cangaceiros o sertanejo poderia enfrentar quanto o pudesse, mas às volantes, isto nunca, já que seria equiparado aos bandidos. Príncipe dos poetas cearenses, Artur Eduardo Benevides toma-as por tema. Transcrevo aqui, inteiro, o seu belo poema a respeito:

Notícia da Última Volante

Começou a madrugada.
Soam patas pela estrada.
A noite se consumou.
Há luzes nas camarinhas.
Vozes nas salas vizinhas.
A Volante já chegou!
Escondam nossos dinheiros.
Escondam gado e carneiros
e os velhos bancos de couro
que foram do bisavô.
Escondam a prata e o ouro.
Escondam o vinho e as comidas
e as velhas peças luzidas:
a Volante já chegou!

As nossas moças-donzelas
deixem a varanda e as janelas.
Acabou-se a nossa festa.
Agora pouco nos resta.
E sem boi e sem cavalo,
sem honra, fama ou regalo,
as casas-grandes se irritam
e se desditam.

Ai, meninas estupradas
e damas violentadas!
Ai, fazendas invadidas
e terríveis investidas!
O sertão todo padece,
quando a Volante aparece.
No calcanhar da desgraça
é qual demônio que passa.

E ela mata, exata.
Andando e desmandando.
É fria. Insensata.
É um dragão chegando.
E em constante vaivém
- andante e delirante –
- suas glórias mantém.

Melhor – por que não? –
tratar com Lampião.
Volante e cangaço
seguem o mesmo passo.
Em rudes cavalgadas
humilham as moradas.
E batalham. E gargalham.
São almas danadas.

Sob a alça de mira
toda a tropa atira.
Pisoteia. Incendeia.
E matar é um lazer.
Se pune, é imune:
é o Poder.
E jamais sossega.
Seu clima é a refrega.
E cospe e tripudia
sobre a sesmaria.

Ao som de suas patas
estremecem as matas.
Estremece o chão
em vasta solidão.
E ninguém a esquece.
Sua lenda cresce
em cruel afã.
A trágica Volante
ódio navegante,
filha de Satã.

(**Canto de Amor ao Ceará**, Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1985, p. 69).

(10) Os preceitos e propósitos bélicos contra o povo assumem a sua última expressão na repressão político-estatal. A literatura deixa de ser poesia lírica para ser romance trágico. O mais famoso destes é a **Casa dos Espíritos**, de Isabel Allende. O Ceará tem agora o seu primeiro, neste **Viventes da Baixa da Égua**. Algo acontece. Antes o povo fugia para os cafundós, onde se abrigava; depois fugia mundo afora; e afinal se volta, fazendo frente ao Poder que lhe nega os direitos sociais. Não se incluam nessa categoria crônicas, contos, novelas e romances outros sobre lutas ideológicas e armadas de gente equivocada – paroquiais, intestinas e autísticas – sem pontaria direta no objeto certo e primacial, que não é a seca e suas seqüelas, porém sim é a repressão estatal como motivação dos nossos romancistas. E não se esqueça que o romance **A Cabana de Pai Tomás**, de Harriet Beecher-Stowe, derrocou o escravagismo nos Estados Unidos.